

PARA ALÉM DA NORMA: Perspectivas Críticas de Especialistas sobre a Educação Política de Jovens como Práxis Contra-Hegemônica

Pedro Menezes

Universidade do Porto - UP, Portugal

Norberto Ribeiro

Universidade do Porto - UP, Portugal

Isabel Menezes

Universidade do Porto - UP, Portugal

Resumo

No presente artigo, buscamos discutir algumas das questões presentes no cenário da educação política de jovens pertencentes ao que chamaremos, doravante, de grupos não-normativos. Estes grupos são definidos pela sua posição de subalternidade por se tratar de indivíduos que escapam à norma hegemônica em função de sua raça, etnia, gênero, orientação afetivo-sexual e estatuto de imigrante. Em outras palavras, são pessoas atravessadas por diferentes formas de exclusão, cujas vivências escapam ao ideal do homem, branco, europeu, cisgênero e heterossexual. Para compreender esse contexto, foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas com especialistas cujas trajetórias e pesquisas abordam diferentes manifestações de exclusão e explicitam dinâmicas de poder que visam garantir a manutenção, reprodução e apuramento dos mecanismos de subalternização e seus efeitos no contexto português. A análise mostra os desafios, mas também as potencialidades, da educação como espaço de resistência e de construção de uma educação política como práxis contra-hegemônica.

Palavras-chave: Educação política; Cidadania; Jovens; Grupos não-normativos; Subalternidade; Portugal.

Abstract

In this article, we seek to discuss some of the issues present in the political education of young people belonging to what we will henceforth refer to as non-normative groups. These groups are defined by their position of subordination, as they are individuals who escape the hegemonic norm due to their race, ethnicity, gender, affective-sexual orientation, and immigrant status. In other words, they are people who experience different forms of exclusion, whose experiences deviate from the ideal of the white, European, cisgender, heterosexual man. To understand this context, four semi-structured interviews were conducted with experts whose careers and research address different manifestations of exclusion and explain the power dynamics that aim to ensure the maintenance, reproduction, and refinement of subordination mechanisms and their effects in the Portuguese context. The analysis shows the challenges, but also the potential, of education as a space for resistance and for building political education as a counter-hegemonic praxis.

Keywords: Political education; Citizenship; Young people; Non-normative groups; Subaltern; Portugal.

1 Notas introdutórias

Nos últimos anos, Portugal vem registrando uma adesão ao movimento global de ascensão de grupos de extrema-direita, tanto institucionais quanto informais, cujos discursos assentam numa lógica securitária e de exclusão de certos grupos vistos como atentatórios de valores convencionais. Não se trata de um fenômeno social novo: René Girard (1982) documenta amplamente como a identificação de ‘bodes expiatórios’ é central aos movimentos históricos de perseguição religiosa, social e política. No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, Adorno e colaboradores (1950), numa tentativa de compreender a adesão popular ao fascismo e ao preconceito, caracterizaram a ‘personalidade autoritária’ incluindo traços como convencionalidade, a submissão autoritária (i.e., o respeito acrítico por figuras de autoridade idealizadas) e essa agressividade autoritária que se traduz em atitudes hostis face a indivíduos ou grupos percebidos como violando as convenções. No entanto, estes traços não explicariam, por si só, a emergência da discriminação e do fascismo; mas, em condições sociais que os legitimassem, poderiam desencadear o apoio a partidos políticos e grupos que defendessem políticas securitárias e discriminatórias.

Por esta razão, é importante aprofundar a produção de conhecimento sobre as práticas e os discursos que fortalecem essas dinâmicas de exclusão e que têm em alguns grupos de indivíduos, definidos em função do gênero, da etnia/raça ou do estatuto de imigrante, o seu alvo preferencial. Também aqui não se trata de uma situação nova; Beauvoir (2014), Fanon (2008) e, mais recentemente, Haider (2019) assinalaram que estas categorias identitárias são construídas historicamente e socialmente a partir de um modelo de dominação e, consequentemente, de exploração, a partir da criação de “identidades exploráveis”, a saber: mulheres, homossexuais, pessoas racializadas e estrangeiros. A subjetivação a partir desse modelo restringe a atuação dos indivíduos aos padrões de sociabilidade previamente instituídos.

A compreensão deste fenômeno é uma das vias fundamentais para desenvolver estratégias eficazes de resistência, bem como de avanço em vista de uma educação política emancipatória. É verdade que a educação garante as formas de ser e estar na sociedade de forma a dar sustentação ao modo de produção vigente (Althusser, 1985; Nussbaum, 2009; 2015), fortalecendo a hegemonia, disciplinando e docilizando os corpos (Foucault, 2014) e criando dispositivos de reprodução social (Bourdieu, 1982) como estratégia de perpetuação do sistema. Mas é igualmente verdade que a educação pode estar intencionalmente posicionada como dispositivo contra-hegemônico e emancipatório (Freire, 1972). Para isso, é necessário evidenciar as formas de controle, desnaturalizar e desmistificar as relações de dominação, criando ferramentas de apropriação da realidade e de mudança social. Como aponta Martin-Baró (1996, p. 16):

Mediante a gradual decodificação do seu mundo, a pessoa capta os mecanismos que a oprimem e desumanizam, com o que se derruba a consciência que mistifica essa situação como natural e se lhe abre o horizonte para novas possibilidades de ação. Esta consciência crítica ante a realidade circundante e ante os outros traz

assim a possibilidade de uma nova práxis que, por sua vez, possibilita novas formas de consciência.

O estudo que aqui se apresenta visa analisar criticamente as correlações de forças que se manifestam no campo político e social, sobretudo, em sua dimensão ligada à educação política, criando um espaço propício para a perpetuação do sistema que as fundamenta. O artigo se municia do aporte teórico gramsciano para discutir os aspectos da hegemonia e da contra-hegemonia e seu embate no campo político, da produção acadêmica e de seus reflexos na formulação e aplicação de políticas públicas e no discurso e estratégias de mobilização que emergem da extrema-direita populista em vista do subjugo de grupos minoritários e das parcelas mais vulneráveis da população. Neste sentido, traz para esta discussão a visão de especialistas nas experiências destes grupos no contexto educativo.

O debate em torno dos processos de inclusão (e de exclusão) destes grupos é, muitas vezes, configurado em termos da educação para a cidadania. É importante perceber que, apesar da familiaridade do cotidiano da educação com o termo, cidadania assume uma polissemia ou mesmo se apresenta como um significante vazio (Laclau, 2008; Macedo, 2013), muitas vezes em disputa, tendo o seu sentido fixado (precariamente) de acordo com interesses ou perspectivas sobre o que é, ou melhor, sobre o que pode ser a cidadania. No entanto, ainda que não se tenha uma perfeita clareza sobre o seu sentido, o imaginário coletivo sobre cidadania é sempre positivo, pois “o modo como definimos a cidadania está intimamente ligado ao tipo de sociedade e de comunidade política que queremos” (Mouffe, 1997, p. 59), o que a coloca em uma posição privilegiada nas políticas, sendo um conceito mobilizado para a validação de diferentes posicionamentos, em geral, reforçando e fiabilizando as assunções, explícitas ou não, de quem o propõe. Assim, a cidadania assume uma presença solene e de difícil crítica, em especial no campo da educação (Fraser; Gordon, 2005).

Desde logo porque a cidadania é, ela própria e simultaneamente, uma categoria de inclusão e de exclusão. A partir do momento em que se define ‘quem é’ cidadão (nós), define-se, do mesmo modo, ‘quem não é’ (eles) – como tão bem assinalam Iris Marion Young (1995) ou Seyla Benhabib (1999). Na medida em que esta definição tende a acentuar a homogeneidade e a universalidade, oculta e renega a inevitável diversidade e a natureza particular e contextualizada da cidadania (Ferreira; Coimbra; Menezes, 2012). Assim, as/os jovens com as identidades exploráveis que acima referimos – em função do estatuto de imigrante, etnia, orientação sexual ou gênero —, encontram-se ainda mais marginalizados/as, tendo em vista que “escapam” aos padrões normativos no contexto em que vivem. Como bem sublinha Vera Maria Candau (2011, p. 241):

a cultura escolar dominante em nossas instituições educativas, construída fundamentalmente a partir da matriz político-social e epistemológica da modernidade, prioriza o comum, o uniforme, o homogêneo, considerados como elementos constitutivos do universal. Nesta ótica, as diferenças são ignoradas ou consideradas um ‘problema’ a resolver.

Adicionalmente, a tendência dominante é conceber a educação para a cidadania como um dispositivo de capacitação para o futuro, compreendida como resposta social para as questões relativas ao suposto déficit de participação cívica dos/das jovens e aos riscos da consequente erosão democrática. Esta visão dos/das jovens como “cidadãos em construção” (Marshall, 1950, p. 25) que, num futuro mais ou menos longínquo, assumirão a sua cidadania adulta, simultaneamente desvaloriza e despolitiza as experiências quotidianas de participação (cívica e política) de jovens. Um exemplo conveniente desta cidadania em potência é o documento orientador da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC). No preâmbulo do Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio diz:

Em Portugal, a realidade espelha uma necessidade de desenvolver a formação cidadã de modo a prevenir fenómenos que têm um impacto negativo na sociedade em geral, com elevados custos no desenvolvimento e no progresso do país. A cidadania, na sua conceção mais ampla, integra um conjunto de direitos e deveres que devem ser veiculados na formação das crianças e jovens portugueses de modo que no futuro sejam adultos e adultas com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de valores e conceitos de cidadania nacional.

Essa ideia sobreposta a jovens de grupos não-normativos tradicionalmente marginalizados, cidadãos/ãs de segunda classe, garante mais camadas de constrangimentos a uma cidadania plena.

Há, por isso, também aqui um risco de tornar a própria educação para a cidadania como uma ferramenta de reprodução social e dominação de classe (Bourdieu, 1973; Bourdieu & Passeron, 1978). No entanto, e apesar disto, em cidadania tudo está em disputa e, para Chantal Mouffe (2000), o conflito é um princípio fundamental da democracia. Assim, os espaços dedicados à formação de cidadãos/ãs são campos que têm um enorme potencial para a promoção do dissenso, para a disputa contra-hegemônica e para a construção de práticas que visam a emancipação. Os constantes ataques à educação para a cidadania pelos representantes da aliança entre neoliberais e conservadores dão indícios de que estes espaços constituem-se (ainda) como um incômodo para o avanço de seus interesses de instrumentalização total da educação.

2 Metodologia

O desenho da pesquisa assenta numa abordagem qualitativa, centrando-se em um aprimoramento de uma análise de conjuntura que permita identificar fatores relevantes das dinâmicas sociais e políticas presentes na dimensão da educação que se conectam às experiências de não-normatividade. Para tal, recorreremos à análise temática proposta por Braun e Clarke (2012), que nos permitiu identificar nas entrevistas padrões recorrentes e algumas especificidades dos grupos não-normativos dando origem aos temas aqui discutidos.

Os dados foram recolhidos por entrevista e cada uma das quatro entrevistas foi analisada de forma individual e, posteriormente, de forma comparativa, a fim de identificar algumas das convergências e divergências que pudessem conferir um olhar categoria capaz de um grau considerável de verossimilhança e consistência capaz de servir como lente interpretativa do cenário português atual, podendo inclusive oferecer aportes para o seguimento de nosso trabalho de pesquisa e para investigações que se proponham a trabalhar com grupos subalternizados em outros contextos.

Em relação às questões éticas, cada participante recebeu e assinou um consentimento informado acerca da participação e a forma como as entrevistas seriam tratadas. Informamos também que por conta do convite para a entrevista baseado no reconhecimento de sua atuação em relação aos grupos não-normativos, bem como em observação ao princípio de honestidade intelectual, ficava escusada a necessidade do anonimato, ainda que pudessem pedir a anonimização caso desejassem ou a supressão de qualquer trecho ou informação sensível no decorrer da entrevista, o que não ocorreu em nenhum dos casos.

A primeira entrevista foi realizada com a pesquisadora Maria José Casa-Nova (CN), professora do Instituto da Educação da Universidade do Minho. Desde 1991 que se dedica ao estudo dos fenômenos de exclusão e de inclusão-subordinada de pessoas ciganas no contexto português, tendo os seus trabalhos de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado incidido especificamente sobre famílias ciganas portuguesas no Norte de Portugal. Vale lembrar que, apesar da legislação portuguesa não favorecer a produção de dados sobre questões étnico-raciais, a estimativa é que haja sessenta mil pessoas ciganas em Portugal.

A segunda entrevista foi realizada com Telmo Fernandes (TF), gestor de projectos e formador em programas de aprendizagem ao longo da vida e formação profissional, e organizador da comunidade LGBTQ há mais de uma década. É um pesquisador doutorado, especialista em questões de educação e sexualidade, cujo trabalho de investigação se foca nas experiências de jovens LGBTQI+ em ambientes escolares.

A terceira entrevista abordou a perspectiva de uma especialista em educação, feminismo e questões de gênero em educação, Cristina Vieira (CV), professora associada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC) e Provedora do Estudante da mesma Universidade. A sua investigação tem-se centrado em torno das questões de gênero, cidadania e educação ao longo do ciclo de vida, com principal incidência em contextos como a família e a escola.

Já a quarta entrevista versou sobre as questões raciais e do racismo em Portugal com um académico e ativista pelos direitos dos negros em Portugal, Mamadou Ba (MB, cidadão português nascido no Senegal, ativista e militante antirracista decolonial. Fundador e membro de várias organizações e redes antirracistas, integra a direção do SOS Racismo desde 1998. Tem participado em instâncias nacionais e europeias no combate à discriminação racial e é autor de diversos artigos sobre racismo, migrações e diversidade étnico-racial.

Estas pessoas, reconhecidas em suas respectivas áreas, forneceram um cenário complexo e interseccional das dinâmicas de exclusão dos grupos subalternizados e apontam para algumas frestas pelas quais se podem vislumbrar caminhos para a construção de uma práxis emancipatória.

As entrevistas foram realizadas ao longo da pesquisa de doutoramento em Ciências da Educação, entre fevereiro de 2024 e abril de 2025, e acompanham o recrudescimento e ascensão da extrema-direita em Portugal. Decerto que o contexto de coleta do material e as mudanças ocorridas no período assumem uma influência relevante sobre o que é dito, a ordem e a urgência do que é proposto, mas não impedem a configuração de seu conjunto como um corpus de análise. Para tal, optamos pela análise temática proposta por Braun e Clarke (2012), por permitir uma análise baseada em um quadro conceitual diverso que pudesse atuar em consonância com as informações e reflexões das pessoas entrevistadas. A análise é composta por seis fases, a saber: i) familiarização com os dados; ii) início da codificação; iii) procura de temas; iv) revisão dos temas; v) definição e nomeação dos temas; e vi) produção do relatório, e deu origem a três temas fundamentais para compreender a dinâmica de exclusão em Portugal.

O escrutínio dos dados revelou alguns padrões que assentam sobre o modo pelo qual a dominação e a exclusão de grupos subalternizado tendem a estar sedimentadas em uma cultura discriminatória (tema i); outra questão que se manifesta conjuntamente sobre os grupos não-normativos se refere à percepção de uma lacuna entre as leis e sua aplicação (tema ii); e, por fim, os discursos de ódio, conservadorismo e extrema-direita (tema iii) aparece como um padrão que expõe a dimensão da promoção e propagação da dominação e exclusão. Estes temas serão explorados detalhadamente nas seções subsequentes, visando aprofundar a compreensão sobre os desafios e oportunidades para a educação política de jovens não-normativos em Portugal.

3 Cultura discriminatória

A prática discriminatória, que não é um exclusivo nacional, manifesta-se, em Portugal, de diferentes maneiras e parece ser constituinte do senso comum. Esta cultura permeia tanto as interações cotidianas quanto as práticas institucionais, atravessando múltiplas dimensões de discriminação – de raça, etnia, gênero e orientação afetivo-sexual – que se manifestam e se perpetuam nos espaços educativos e institucionais, configurando barreiras estruturais à cidadania plena de jovens não-normativos. Um dos entrevistados recorda como o racismo é um fenómeno transversal marcado pelos contextos histórico-políticos e que, no caso de Portugal, se enraíza numa herança colonial histórica e socialmente negada:

O racismo tem particularidades comuns em qualquer espaço geográfico marcado pela catástrofe colonial, como eu chamo. Tem aspectos particulares que têm a ver com as circunstâncias de cada território e de cada configuração histórico-política dos espaços em consideração. Mas o caso português, eu acho que provavelmente é único, por dois motivos [...]. Portugal foi um instrumento essencial para a consolidação da ideia do imperialismo, do império. O império [...] é o que eu costumo chamar o albergue selvagem do racismo e do colonialismo, é o imperialismo. E isso faz de Portugal um país muito particular. [...] Todo o conceito do novo, que é uma espécie de renascimento a partir da catástrofe, marca a

particularidade do racismo português. E por isso durante muito tempo nunca foi visto como um problema, foi visto como uma vantagem, uma mais-valia. [...] E então a questão racial [era considerada] em si um tabu, um tabu total. Há bem pouco tempo o racismo não se falava quase, não se falava. [...] O racismo só começa a ser falado realmente um pouco no tempo das lutas pela libertação, das independências e depois mais à frente, na década de 1990. Até lá, falar de racismo era tabu. (MB)

Essa negação histórica do racismo e de como ele é constituído e constituinte da sociedade portuguesa acentua a permissibilidade de práticas racistas e se torna um terreno fértil para a proliferação de discursos segregacionistas. A negação da existência de uma parcela da população portuguesa negra confere uma vinculação entre a raça e o “outro”, ao estrangeiro/imigrante, à pessoa oriunda das colônias (Araújo e Maeso, 2013). A identidade entre racialização e alteridade promove um ambiente propício para a segregação, já que o racismo pode ser diluído na forma do nacionalismo, tornando-o mais socialmente aceito. Esta concepção está sedimentada no contexto português, mesmo os dispositivos de combate à discriminação assentam-se sobre a ideia de assimilação ou de tolerância ao “outro” ou o esclarecimento do “nós” para a integração do “outro”.

Outra manifestação da perpetuação do racismo cotidiano também é particularmente evidente na forma como a sociedade e as instituições percebem a população cigana, incluindo, por exemplo, “uma prática peculiar portuguesa, que consiste em expor sapos de cerâmica à entrada de lojas e restaurantes para impedir a entrada de ciganos” (Meireles, 2021). Este autor argumenta que esta manifestação de preconceito, apesar de comum e indireta, pode ser comparada a outros símbolos de ódio. O fato de não haver nenhum tipo de sanção por parte das autoridades reforça o caráter de normalização do preconceito contra ciganos.

Estas manifestações de racismo cotidiano, constituídas e constituintes de uma cultura, tendem a ser socialmente aceitas, admitindo a possibilidade de um comportamento discriminatório imbricado no hábito e sem exigir que se seja assumidamente racista, reforçando um discurso difuso de patriotismo e de valorização nacional.

No que à instituição escolar diz respeito, apesar dos inúmeros esforços que causaram uma transformação substancial no acesso e na permanência nas escolas, a entrevistada que tem estudado os fenômenos de exclusão e de inclusão-subordinada de pessoas ciganas no contexto português refere:

O que acontece com as pessoas oriundas das comunidades ciganas tem várias dimensões, a começar por esta: a sua integração escolar é uma integração tardia. [...] Enquanto as famílias ciganas eram obrigadas a se mover dentro do território e entre territórios internamente a Portugal, fruto das perseguições, obviamente não podiam frequentar a escola com regularidade. [...] E por isso mesmo é também que eu costumo dizer que a escola é hostil, mas não é hostil porque intencionalmente faça mal, mas porque funciona segundo regras que são desconhecidas [...] As estratégias de fuga são formas de preservar a autoestima e

algum grau de segurança. [...] O medo de não ser capaz torna as pessoas incapacitantes. A estratégia de fuga é uma forma de preservar a nossa autoestima e algum grau de segurança. (MJC�)

A cultura de discriminação faz com que a presença de pessoas ciganas nas escolas portuguesas ainda enfrente barreiras sistêmicas enraizadas no não reconhecimento de diferentes modos de vida que não estejam em conformidade com a parcela majoritária, reforçando o constrangimento de uma cidadania plena resultando em sua marginalização ou numa “integração subordinada”: integrados, desde que nos moldes da cultura dominante. Uma questão importante no discurso securitário dirigido às populações racializadas (negras, migrantes e ciganas) é o contexto que estimula a integração subordinada dessas pessoas.

O mesmo ocorre com as questões de gênero e sexualidade, onde a cultura patriarcal e a heteronormatividade prevalecem, criando ambientes hostis para mulheres e pessoas LGBTQI+, como salienta o nosso entrevistado que tem investigado estas questões:

[...] há uma tradição ainda muito patriarcal, androcática, estrutural na sociedade portuguesa, fruto da herança, no fundo do passado, da ditadura, fruto de grupos conservadores que não desapareceram ou nunca desapareceram e que agora estão novamente em florescimento, parece que estavam meio adormecidos e ganharam um novo up... Aliás, há pouco tempo saiu um livro [...] que até propunha a nova profissão de dona de casa, mulher ou de mãe [...] foi apresentado com grande pompa e circunstância, em que esteve o ex-primeiro-ministro Passos Coelho. (CV)

A marca dessa tradição patriarcal também pode ser percebida nas interações cotidianas, na construção de um clima nas instituições que normaliza a segregação e o silenciamento de pessoas LGBTQI+. A cultura escolar instituída, por exemplo, opta pela abordagem de ignorar os problemas, os problemas dos indivíduos LGBTQI+ são um não-problema da escola, um tema tabu, algo que não deve ser incluído ou mesmo mencionado:

Uma não resposta das escolas à violência que ocorre dentro das escolas é uma validação, é uma legitimação daquilo que está a acontecer, infelizmente, aquilo que a investigação nos diz é que muitas vezes as respostas não existem [...] quando não existe uma resposta é como se as escolas estivessem a dizer que isto não é um problema. (TF)

O clima social e cultural, bem como a cultura de discriminação estruturada, persistem apesar dos avanços legais significativos, mas são alvos de constante ameaça e retrocessos, garantindo também em Portugal a sedimentação do vocabulário conservador. A este respeito, Lima e colegas (2025, p. 26) argumentam que “certos grupos privilegiados realizam a manutenção de sua hegemonia, grupos subalternizados em termos de raça, classe, gênero e sexualidade – ainda que produzam resistências – são continuamente prejudicados pela permanência dos projetos hegemônicos”. A invisibilização de pautas (a definição de não-

problemas) acaba por cumprir uma tarefa relevante no processo reacionário, deslocando o campo de ação dos grupos minorizados para a resistência e condicionando as possibilidades de avanços, porque interrompe o debate e limita o dissenso, assim impedindo uma prática democrática real e resultando na manutenção do fluxo hegemônico e na perpetuação da dominação.

É importante referir, nesse sentido, que na esteira do pensamento de Dale (1989) a cultura educativa admite tensionamentos em seu interior, sem abandonar o seu projeto de manutenção do capital. A ideologia, que sustenta a hegemonia, como nos aponta Grasmci (2011), possui uma dimensão que não se manifesta explicitamente. Isto implica que não pode ser combatida diretamente, pois o próprio combate tende a ser inscrito no horizonte do possível ideológico, admitindo reconfigurações de superfície, sem que haja uma transformação real das condições que permitem e promovem a sua reprodução. Ao longo dos tensionamentos, o que pode ser observado é uma readequação e vigilância para a extinção de possibilidades de promoção do dissenso e, possivelmente, de sociabilidades que divirjam e combatam o senso comum (inscrito ideologicamente).

Ainda que o fenómeno da “escola sem partido” não tenha se concretizado em Portugal, como se popularizou no contexto brasileiro, o discurso conservador e o vocabulário de denúncia da, vulgarmente chamada, doutrinação ideológica encontram eco e se manifestam no discurso político:

[...] vamos rever os programas do ensino básico e secundário, incluindo nesta revisão a disciplina de cidadania, onde vamos reforçar o cultivo dos valores constitucionais e libertar a disciplina das amarras a projetos ideológicos ou de facção. (Luís Montenegro, Primeiro-Ministro, no Encerramento do 42º Congresso Nacional do PSD, 19/10/2024)

Este tipo de discurso, cada vez mais presente, reforça e se manifesta como obstáculo para a resolução da questão apresentada nas entrevistas, no que se refere ao distanciamento entre a norma legal e sua aplicação prática. Com efeito, a persistência de uma cultura discriminatória demonstra como preconceitos históricos são ressignificados e atualizados, criando um terreno favorável a discursos conservadores que, mesmo sob uma aparente neutralidade, continuam a reproduzir exclusões.

4 As leis e sua aplicação

Relativamente ao tema “as leis e sua aplicação”, isto é, à distância entre normativos legais de combate à discriminação e sua efetiva implementação no contexto escolar e social, discutem-se os limites da legislação antidiscriminatória diante das resistências institucionais, da cultura majoritária e das práticas sociais que muitas vezes obscurecem, adiam ou mesmo inviabilizam direitos formalmente assegurados. Como foi referido pelo entrevistado que trabalha as questões LGBTQIA+, há “um trabalho que é preciso relembrar muitas vezes, que

precisa ainda ser feito, que é o da implementação daquilo que está descrito nas leis [...] existe um hiato que ainda precisa de ser colmatado.” (TF)

Dentre as pessoas entrevistadas, parece haver um consenso de que Portugal possui uma legislação que prevê a segurança dos grupos minoritários; no entanto, na prática essa legislação se mostra ineficiente e distante de um ideal que possa garantir o respeito aos direitos e à equidade. As pessoas entrevistadas argumentam, portanto, que a legislação antidiscriminatória é insuficiente se não for acompanhada de mecanismos de fiscalização, sensibilização e de transformação cultural.

A prática sedimentada manifesta-se, muitas vezes, pela minorização dos problemas enfrentados pelos grupos minoritários. A norma é o referencial e define também o que pode ou não ser compreendido como problema. O que rompe com a norma é compreendido como a perturbação. A relação entre os sujeitos é marcada pela dinâmica de submissão ao status quo, visto que não é no direito que se estabelecem os avanços em vista de uma nova sociedade na qual o próprio direito possa ser superado e extinto. Em momentos de prosperidade do capital, há a possibilidade de apaziguamento e de conciliação das massas por meio de políticas sociais que atenuam as contradições do sistema. Já em tempos de crise do capital e de suas instituições, a exacerbação dessas contradições afasta essa ficção do direito enquanto promotor de justiça social e torna-o um obstáculo a ser superado em favor da desregulamentação das relações sociais. Nesse cenário, há um reforço do estado de exceção permanente, no qual a humanidade de determinados grupos é colocada em causa, sendo empurrados para a “vida nua”, apartados do pleno pertencimento legal, político e civil em uma zona turva de exceção em que se encontram simultaneamente dentro e fora da ordem jurídica (Agamben, 2004). Novamente, aqui, encontramos a disputa entre os indivíduos que são, de fato, humanos e os que não podem ascender a este estatuto, os que se encontram amparados pela ordem jurídica e política e os que podem ser sacrificados sem que haja nenhum tipo de sanção, como refere um dos entrevistados:

O que é humanidade? Porque, para os racistas, nós não temos nenhum consenso sobre a humanidade. No entanto, esses conceitos marcam as doutrinas que governam as nossas vidas. Direitos humanos, democracia, Estado de Direito: a maior parte desses conceitos são aparatos ideológicos a serviço de uma minoria contra a maioria. O direito, por exemplo, nem sempre restitui a justiça. (MB)

O racismo é um fenômeno estruturante do sistema. A lógica de expropriação e exploração fundante do capitalismo não se altera no tempo, pelo contrário, a vinculação da raça como argumento para a superexploração foi um dos primeiros aspectos ideológicos do império colonial e sua missão civilizatória. Tal lógica continua atualmente presente na forma como a sociedade e as suas instituições estão organizadas: “democracia, plantação e império colonial fazem objectivamente parte de uma mesma matriz histórica. Este facto originário e estruturante é central a qualquer compreensão histórica da violência da ordem mundial contemporânea” (Mbembe, 2020, p. 43) e seus ditames se perpetuam na redução do mundo

à circulação de mercadorias. Apesar da ausência de condições materiais (naturais, antropológicas ou físicas) suficientes para a conceitualização da raça, ela é real enquanto produção histórica e social e, por isso, pode ser reajustada a todo e qualquer indivíduo que possa ser (e será) desumanizado e transformado em mercadoria. O devir negro do mundo (Mbembe, 2018) admite o estabelecimento de um racismo sem raças globalizado sob a égide do neoliberalismo. Não obstante, embora as instituições possam criar diferentes dispositivos para o combate ao racismo, estas não podem se voltar contra sua própria natureza, sua estrutura de garantia do fluxo das trocas comerciais e o direito à propriedade que o sustenta.

Casos de violência policial e a leniência do poder judiciário aos perpetradores dessa violência (e.g., o caso do assassinato de Odair Moniz; de Claudia Simões, condenada por se defender de seu agressor; o recente caso de sequestro e morte pela polícia de Aissa Ait Aissa e outros tantos) expõem de modo inequívoco como a estrutura está condicionada à manutenção do racismo. A leitura dos especialistas entrevistados reforça essa ideia ao denunciar a normalização do racismo:

Em Portugal, há um problema central na questão racial, que é a não inscrição ideológica. Há uma tentativa de fechar o movimento antirracista num beco sem saída. Ao mesmo tempo que a maioria tem que estar numa lógica de não inscrição ideológica, como se ser racista fosse uma coisa normal. (MB).

O “beco sem saída”, aqui, nos é apresentado como a percepção da questão racial como algo eletivo, uma escolha de carácter moral e individual que a sustenta e a atrela a uma noção meramente epistemológica. Assim, garantindo o acesso ao conhecimento suficiente, impactaria e extinguiria, por si só, a prática racista em toda a sua estrutura. O ordenamento jurídico refletiria, então, na letra fria da lei, um anseio popular pelo racional da não discriminação (do “outro”, vale lembrar). Ignora-se o carácter político e ideológico do enfrentamento ao racismo enquanto forma sobredeterminada do modo de produção que o fundou e o mantém.

Logo, a sofisticação do aparato legal é, ainda que desejável, como no caso da premente pauta da criminalização das práticas discriminatórias, insuficiente para uma transformação social, como salienta uma das entrevistadas:

O problema é dos outros, aqui os problemas são pequeninos e rapidamente se resolvem. Eu acho que, basicamente, a crença de que está tudo resolvido é um perigo. Depois, em termos legislativos, nós somos um dos países do mundo com melhor legislação, não é? Sobre a proibição de todas as formas de discriminação, sejam elas quais forem. Mas, de facto, isso torna legalmente as discriminações passíveis de criminalização, certo? Agora, se legalmente elas estão proibidas, nós temos a discriminação [através de formas] que são subtis, e que a lei não acautela. Logo, a subtilidade de algumas formas de discriminação, que não estão na lei de uma forma evidente e que não têm que estar, não é? Também torna, também

constitui um perigo. É mais difícil, neste momento, identificar algumas formas de discriminação que prevalecem. (CV)

O contexto no qual se manifestam as discriminações tende a se reorganizar para a acomodação da norma. O avanço do aparato legal e político em prol do reconhecimento das diferenças, da valorização da tolerância e da formulação de uma paz precária que ocorre em tempos de estabilidade traz a reboque a reformulação das práticas de dominação, transitando-as para uma latência, mascarando-as e revestindo-as de pudor ainda que conservando-as na sutileza (em maior ou menor grau) do hábito:

Nós temos em Portugal uma situação comparativamente favorável em relação à proteção de direitos desta minoria em particular, ou destas minorias se quisermos: Mas vemos é um trabalho que é preciso relembrar muitas vezes que precisa ainda ser feito que é o da implementação daquilo que está descrito nas leis e também nas estratégias políticas, nomeadamente nas estratégias nacionais para a igualdade e a não discriminação... Existe, de há poucos anos para cá, uma estratégia específica de combate à discriminação em função da orientação sexual, de identidade e expressão de género e características sexuais que vincula tanto as tutelas na área da saúde, educação, segurança como a sociedade civil e órgãos de poder local no combate a este tipo de discriminação, destes tipos de discriminação... portanto o que eu diria é que existe um hiato que ainda precisa de ser colmatado (TF)

Este tema mostra, assim, a dimensão da insuficiência do direito na garantia de proteção das parcelas mais vulneráveis da sociedade. Nancy Fraser (2019) afirma que parte da conquista de direitos pelas minorias está relacionada a períodos de expansão do capitalismo, na formação de um bloco progressista-neoliberal pautado pelo reconhecimento, mas sem compromisso com mudanças estruturais. Na atual crise democrática, emerge a dissonância entre a forma jurídica e a forma política e o poder político encontra-se subordinado à financeirização do sistema, não podendo atuar sobre as necessidades da população (Fraser, 2024). Deste modo, os contributos das pessoas entrevistadas sugerem que a distância entre leis e práticas é resultado de um paradoxo profundo: o de um modelo jurídico que, ao mesmo tempo que reconhece direitos, permanece estruturalmente limitado pela ordem social e económica que sustenta as desigualdades que deveria combater.

Assim, os grupos não-normativos necessitam de uma ordem jurídica que promova um relativo grau de amparo legal, mas não só; são imprescindíveis mudanças estruturais que possam criar condições para a confrontação do problema em sua complexidade. Para tal, a educação política de jovens deve objetivar uma formação crítica que possa ir além da cidadania enquanto conformação e acomodação das tensões, que possa reivindicar a superação da justiça inscrita nos limites da reprodução social, que possa pensar (criticamente) e reivindicar o novo, orientado de baixo para cima, superando a lógica do poder vigente.

5 Discursos de ódio, conservadorismo e extrema-direita

As entrevistas problematizaram, ainda, a questão do avanço do pensamento conservador e da instrumentalização de um discurso (de ódio) capaz de trazer um nível de coesão aos indivíduos que pertencem ou buscam se enquadrar à norma. Nesse sentido, evidencia-se aqui a relação entre a dimensão conservadora do direito e o consentimento ou a legitimação da violência por parte do Estado. O discurso do Estado estabelece uma relação inexorável com o próprio discurso de ódio (Butler, 2021). Nas palavras de autora:

Enquanto ação discriminatória, o discurso de ódio é uma questão que deve ser decidida pelos tribunais, portanto o “discurso de ódio” não é considerado odioso ou discriminatório até que um tribunal tenha decidido que ele é. Não existe discurso de ódio no sentido pleno do termo até que — e a menos que — um tribunal decida que é disso que se trata. (p.105)

A visão das pessoas entrevistadas sobre a ascensão e a normalização de discursos de ódio e práticas políticas associadas a correntes conservadoras e de extrema-direita destaca a forma como essas narrativas são difundidas e legitimadas no espaço público, frequentemente utilizando-se do medo, do pânico moral e de diferentes retóricas de segregação para amalgamar, legitimar e mobilizar alguns dos segmentos da população, foi destacada nas entrevistas.

No contexto português, a crise econômica alinhada com a ascensão e normalização do discurso de extrema-direita carrega consigo a adoção de um imaginário social que reivindica um passado mítico, idealizado e romantizado, que remonta ao passado colonial como o fundamento de uma identidade nacional pretensamente homogênea e superior. A possível sutileza percebida nas manifestações de segregação encontra-se orientada pela definição precária do “nós”, enquanto norma e o(s) “outro(s)”, enquanto perturbação do normal e responsáveis ora pela escassez de recursos, ora pela falência moral e cultural da sociedade. Este resgate acrítico acontece com a conjunção de diferentes fatores: a crise econômica, deflagrada, sobretudo, pelas políticas neoliberais de apelo à austeridade, evidenciada na crise habitacional, na precarização do trabalho e na inflação percebida (principalmente, em relação aos alimentos e itens de primeira necessidade), e sua união com o crescimento de movimentos de extrema-direita que não cindem com a lógica neoliberal e promovem o ressentimento social sobre aqueles e aquelas que se encontram ainda mais vulneráveis. Por outro lado, o conservadorismo faz a apologia de uma pureza moral ameaçada pela secularização e pelos avanços em função do reconhecimento. Esta reconfiguração discursiva e ideológica, que instrumentaliza o passado colonial para justificar a precarização contemporânea, manifesta-se como um mecanismo de controle social que desvia a atenção das contradições inerentes ao capitalismo tardio enquanto reforça sua ideologia. O patriarcado tradicional, eurocêntrico e colonialista, ganha vulto com a aporofobia e a demofobia, promovendo uma xenofobia seletiva, que amalgama (novamente) o racismo e o liberalismo, a negação de direitos

fundamentais como resposta necessária à manutenção da cultura meritocrática e do pensamento neoliberal que encontram na democracia um obstáculo para seu empreendimento.

A culpabilização do outro pelas múltiplas falências sociais aparece como um subterfúgio retórico capaz de galvanizar aqueles que vão sendo deixados para trás pelo sistema, pelo esvaecimento do estado de bem-estar social, e pela corrosão das identidades coletivas e dos modos de vida comunitários em função do individualismo fundamental à lógica de exploração e acumulação infinita. A perspectiva comunitária torna-se cada vez mais fragmentada, centrada em um eu ideal (masculino, branco, cristão e empreendedor). A ideia de comunidade torna-se turva, sem referências evidentes e conjugadas ainda na duplicidade entre o eu (e o nós) real e o digital. Qualquer sombra de coesão social dissolve-se na norma neoliberal individualista. Essa dissolução é amparada por outras formas de perceber a si e o outro como a alternativa neurótica à cidadania proposta por Isin (2004), em que um e o outro reconhecem-se parcialmente como iguais em vista de sua rivalidade e ameaça (mútua) constante à subsistência, à sobrevivência e como um obstáculo a ser superado. O ambiente hostil a todos aqueles e aquelas que possam ser mais vulneráveis que o próprio sujeito vulnerável torna-se um princípio para o estabelecimento do homo-sacer, aqueles e aquelas que podem ser dispensáveis, que possam ser deixados e deixadas (sobretudo, deixadas) para trás.

É nesse sentido que Rowitha Scholz (2014) compreende a “estrutura do anticiganismo, como interface do (etno-)racismo com a discriminação social simultânea, pelo que o cigano representa a categoria mais baixa na estrutura social, configurando o homo sacer par excellence do patriarcado produtor de mercadorias” (Scholz, 2014, p. 80). Scholz reforça que os estereótipos aos quais os ciganos são submetidos, sobretudo por se tratar de uma afronta e ruptura com as expectativas hegemônicas de produtividade do capitalismo, reforçam a sua marginalização e justificam quaisquer tratamentos desumanizantes. Esta perspectiva explica o porquê de práticas segregacionistas tão evidentes como aquelas observadas em certas escolas, designadas como “escolas dos ciganos” (MJC�). Tais instituições devem ser evitadas pelas famílias brancas, sob o risco de seus filhos andarem “numa escola que tenha muitos ciganos” (MJC�).

Assim, o discurso de ódio contra os ciganos é mobilizado como um instrumento de conquista de parte do eleitorado e foi responsável por elevar a representação do principal partido da extrema-direita, o Chega, e de seu líder, André Ventura. A retórica anticigana explorou o preconceito para capitalizar o descontentamento de uma parcela da população com as próprias condições de vida, elencando um inimigo comum, ao passo que serviu como entretenimento para outros grupos sociais. Essa estratégia de vilificação associada à aporofobia permitiu o deslocamento do partido e de seu representante das margens do processo político para o centro do debate público, conferindo horas de antena, legitimando e naturalizando o discurso de ódio. O seguinte excerto ilustra essa leitura:

Ou seja, é quando as pessoas sentem que estão legitimadas, são abertamente, neste caso, são abertamente racistas ou abertamente discriminatórios, não é? Agora, o

que eu acho também que o Chega cresceu, porque, em épocas pandémicas, as pessoas levam os seus medos ao limite e tendem a arranjar sempre bodes expiatórios. E os bodes expiatórios são sempre aqueles que são os discriminados da sociedade. Portanto, com a pandemia exponenciou-se muito mais a questão cigana como voto expiatório. Aliás, o que o Chega fez na altura da pandemia com as pessoas ciganas foi uma coisa inenarrável, que era de dizer que está ali um casamento cigano, não pode que é um ajuntamento de pessoas com a pandemia. É um ajuntamento de pessoas. As pessoas ciganas estavam a fazer um casamento ao ar livre, todas juntas, só elas. E aquilo era, o Chega veio com aquilo, era um perigo para a sociedade. Portanto, exponenciou medos. (CV)

A entrevistada alerta para uma dinâmica muito presente nos cenários de mobilização dos discursos da extrema-direita, a de capitalização do medo como elemento coesivo. Jost (2017) mostra que em um cenário de medo e ameaça há alguma vantagem política para os conservadores. Assim, era de se esperar que, no contexto de ameaça pandémica, houvesse um ambiente mais favorável para o avanço das extremas-direitas, como também é sublinhado por outro entrevistado:

[...] a extrema-direita já percebeu que o medo é um poderoso instrumento político, um poderoso instrumento de mobilização política. Usam o medo para mobilizar as suas hostes, dizendo que nós somos a garantia de que vocês não vão desaparecer e vão continuar a ter os vossos privilégios, seja contra as mulheres, seja contra os homossexuais, seja contra as pessoas racializadas. Nós somos essa garantia. Vocês não votam em nós e eles vão tomar conta disso tudo e vocês são tramados. Não vão ter filhos mais. (MB)

Outro elemento mobilizador das extremas-direitas é o elencar de um inimigo comum que possa servir de espantalho para a mobilizar as massas sobre um grupo ainda mais vulnerabilizado. A tomada de grupos vulneráveis economicamente cumpre uma dupla função na manutenção da hegemonia, justificam simultaneamente a despolitização das questões económicas em prol da austeridade neoliberal enquanto produzem uma lógica de culpabilização (moral) de grupos vulneráveis, como é denunciado por uma das entrevistadas:

E ele [André Ventura] galvanizou exatamente, veio para a comunicação social, exatamente com esta questão de dizer ah, porque os ciganos vivem do rendimento social de inserção, portanto são tipo parasitas. (MJC�)

Se na esfera da política institucional, o discurso segregatório passa a estar validado por seus agentes e chancelado pela comunicação social, promove a saída da latência para a normalização e reorganização do senso comum (Valentim, 2024), como é aqui sublinhado:

[...] o perigo foi exatamente quando as pessoas que eram e são racistas, mas não o manifestavam tanto, passaram a ter legitimidade pela representação parlamentar. E, ao sentirem-se legitimadas pela representação parlamentar, sentem-se muito

mais à vontade para expressar as suas opiniões racistas e para ter comportamentos racistas, não é? (MJCN)

Esse movimento é o que Vicente Valentim (2024, p. 88-91) vai chamar de teoria da normalização:

Intuindo [...] que o tratamento depreciativo da minoria cigana lhe podia trazer dividendos eleitorais, Ventura fez, desde muito cedo, um conjunto de afirmações preconceituosas a respeito dela. Por exemplo, numa entrevista ao jornal *i* em Julho de 2017, afirmou que os membros da comunidade cigana pensavam estar «acima da lei» e que o Estado era demasiado permissivo com as minorias, por medo de ser apelidado de racista e xenófobo. [...] Isto é exactamente o que a teoria da normalização prevê: se um candidato hábil, como Ventura, tiver a intuição de que as ideias de direita radical são mais comuns do que se consegue observar, esse candidato tem um incentivo para concorrer a eleições com uma retórica construída em torno do desrespeito pelas normas sociais contra a manifestação dessas ideias. Esta estratégia permite a este tipo de candidatos mostrar ao eleitorado que não concordam com essas normas e que um voto neles é um voto no sentido de acabar com elas.

O discurso adotado pela extrema-direita se desenvolve e conquista o espaço político ao emular, recusar ou aderir aos elementos do conservadorismo tradicional (com a escusa à tautologia) fundamentado pela lógica neoliberal. Os elementos fascistas e conservadores encontram-se em uma interseção comum, natural para o cidadão médio; a segregação é um dispositivo do cotidiano, o discurso de ódio encontra eco no bullying, na aporofobia ou nos almoços de família.

Assim, é expectável que esse neofascismo possa (res)surgir como força política, abdicando do respeito às leis e às normas sociais e de qualquer tipo de lógica para amalgamar ou galvanizar o pensamento do senso comum em prol do projeto neoliberal, sob a égide do anti-establishment, do anti-politicamente correto. Os elementos conservadores e fascistas operam como uma estratégia diversionista para a divisão social e o estabelecimento de novas classes sociais intermediárias dentre as camadas sociais mais vulneráveis, como referido nas entrevistas:

o crescimento de grupos de segregação, grupos que pautam nisso, acabam influenciando a forma de como as políticas públicas, políticas públicas podem se desencaminhar ao longo dos tempos. Então, quando o conservadorismo tende a avançar, o Estado também tende a dar respostas, às vezes, mais conservadoras também, para evitar uma cisão social, alguma coisa nesse sentido. Se percebe a questão do preconceito, as etnias ciganas, se também em Portugal é mesmo um fator de... de... coesão desses grupos segregatórios, desses grupos, serve como um discurso, até um espantinho, mesmo para a união de grupos extremistas. (MJCN)

Antes de mais nada, o indivíduo racializado costuma ser visto como ameaça à segurança, à economia e à cultura. Sua figura está constantemente associada ao risco, fazendo com que o indivíduo racializado procure adequar-se, gerando o menor nível possível de perturbação. Em geral, o que se exige é que seja um indivíduo dócil. Ora, a domesticação do indivíduo, sua permissão de acesso ao domus, visa garantir a sua passabilidade e invisibilização enquanto “outro”. O sujeito racializado, sobretudo os que apresentam a manifestação fenotípica desta racialização, vivencia, nas palavras de Fanon, uma condição de determinação externa: “Sou sobredeterminado a partir do exterior. Não sou escravo da “ideia” que os outros fazem de mim, mas da minha aparência [...] eu me arrasto pelos cantos, fico em silêncio, aspiro ao anonimato, ao esquecimento. Vejam só, aceito tudo, desde que possa passar despercebido!” (Fanon, 2020: 96).

A esperança adquirida pela possibilidade de passar incólume pelas manifestações de discriminação conduz a táticas distintas para sobrevivência em contextos desfavoráveis. Projetam sobre os indivíduos subalternizados um viés moral sobre o qual se sustenta a experiência de segregação como o reflexo de uma má escolha individual ou pela incapacidade, por exemplo, em função de sua aparência, de se apresentar como indivíduo fora da norma. Por outro lado, a ideia de possibilidade de tornar-se invisível às discriminações remete ao cenário descrito por Primo Levi (2010) em seu livro “É isto um homem?”, onde faz o relato de sua experiência no campo de concentração nazista de Auschwitz: em ambientes de extrema violência e desumanização, o sobrevivente carrega consigo a culpa pela própria sobrevivência. Para sobreviver, foi necessário corromper valores: os incorruptíveis sucumbem à violência, enquanto aqueles que conseguem sobreviver trazem consigo os custos pelas condições que possibilitaram sua existência.

Analogamente, com os subalternizados e desumanizados ocorre algo semelhante. Aquele ou aquela que tem sua humanidade negada, aceita-se enquanto objeto e prescinde de elementos constituintes de sua própria subjetivação, das próprias convicções e dos construtos morais para dinamizar ferramentas de sobrevivência, organização e aceitação. O subalternizado, portanto, encontra meios de sobreviver à estrutura e ao contexto de violência que o cerca — uma das estratégias é, sempre que possível, emular a vida da norma. Se, por um lado, qualquer característica que evidencie o sujeito como “outro” é utilizada para exploração e diferenciação, por outro lado, a possibilidade de emular a norma surge como mecanismo de fuga da condição subalterna. Isso inclui a invisibilização de questões e discursos no contexto, bem como a reprodução de preconceitos ou mesmo da própria violência, permitindo ao oprimido ocupar precária e temporariamente o lugar do “eu” — reforçando a norma e sua reprodução social.

Há aqui um jogo que remete à citação atribuída a Paulo Freire, como síntese de sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1972), que afirma que o oprimido sonha em ser o opressor: mais do que culpa depositada no indivíduo por percepção e recusa de sua condição sem a compreensão de caminhos para a sua emancipação, trata-se também de uma camuflagem (abandono da subjetividade e assunção de si enquanto objeto), uma adesão à lógica normativa como ferramenta de integração (subordinada). Tal possibilidade de ser visto como “eu” ou “igual” também se expressa pela reprodução das opressões sobre o outro, inclusive entre os

jovens, grupo de foco deste trabalho, que buscam aceitar e se adaptar ao meio. Nesse sentido, os grupos subalternizados reproduzem a violência tal qual ela se manifesta, emulando a norma como tributo para demonstrar aptidão à convivência no contexto, em um constructo social que garante sua reprodução. Assim, o dispositivo de captura e manutenção do contexto se dá também em função da hierarquização entre os explorados e desumanizados. Embora haja discursos sobre uma massa homogênea de “outros”, esse grupo não é monolítico; existem gradações de classificação que permitem aos desumanizados encontrar traços de humanidade-norma para diminuir sua vulnerabilidade. Diante disso, a estrutura não é totalmente fechada: apresenta margens de transição e possibilidades de humanização (parcial, precária e temporal) e de performance do “outro” em emular o “eu”. Como questiona um dos entrevistados:

Quem vota na extrema-direita nesse momento? Gente pobre, trabalhador, classe média. Todo esse segmento é um segmento vulnerável do ponto de vista econômico, porque depende da ordem capitalista. E são instrumentalizados em nome da identidade, seja qual for a questão identitária que se coloca aqui, supostamente para defender um projeto, porque senão vão desaparecer, vão perder... E isso é uma coisa que vai crescer, porque o fosso vai aumentar, e porque também, quanto mais o capitalismo se tornar verdadeiramente selvagem, mais será controlado por uma minoria. (MB)

Considerações finais

Como afirma Lazzarato (2019), o (neo-)fascismo, sob a égide do neoliberalismo, é responsável pela reativação das relações entre violência e instituições. O discurso hegemônico aproxima-se cada vez mais do discurso segregatório, o Estado de exceção desumaniza e sacrifica ao passo que se fortalece e se legitima a partir do seu véu de eficiência. Esta eficiência é sempre eficiência sobre alguém, elencando os sacer, aqueles e aquelas que podem ser sacrificados, para a manutenção da ordem, do modo de produção e da acumulação. Entretanto, tal escancaramento das engrenagens de funcionamento do capital aparece (sempre) atrelado aos dispositivos para a sua manutenção e reprodução: a violência do fascismo, seu discurso de legitimação e cooptação e os dispositivos para a reprodução social do modo de produção. Dentre eles, o currículo. Ao longo de nossa pesquisa, reforçamos nosso posicionamento em relação à não-neutralidade do currículo e, mais além, a sua apresentação como campo de disputa e prevalência da conciliação (a partir, muitas vezes, do abandono de pautas) e de tradução dos interesses dos seus promulgadores. O discurso corporativo que permeia os currículos escolares em todo o mundo encontra muito mais facilidade de alinhamento ao modelo de gestão neoliberal e sua manifestação neofascista no cotidiano do que em relação às exigências humanistas do campo progressista. Assim, desloca-se tanto o debate quanto a (possível) conciliação à direita. O currículo, apesar de não ser neutro, possui uma aura de neutralidade de prudência entre os extremos que, deslocado à direita, reorganiza o que é compreendido como norma ou normal. Isto altera a conjuntura e

as relações de forças presentes nos currículos e nas legislações endereçadas à educação, bem como mobiliza as (novas) ações reivindicativas por parte dos diferentes agentes da comunidade escolar. Como fica evidenciado nas entrevistas, a cada luta por direitos vencida ao longo do tempo, uma reorganização do debate é proposta e há, em certos casos, uma sofisticação dos dispositivos de reprodução das desigualdades. O mesmo ocorre em sentido contrário: a cada retrocesso, presente como discurso, como orientação ou lei, o debate tende a se reconfigurar e se reposicionar, e parte da energia empregada pelos progressistas acaba por ser desviada para a manutenção de direitos ou reconquistas.

Os avanços e conquistas de direitos ao longo do século XX e início do século XXI sedimentaram uma concepção de progresso que orientou muitas das ações dos grupos não-normativos. A especialização e complexificação da produção de conhecimento e das lutas contra as diferentes manifestações de opressão desenvolvidas pelo campo progressista tornou-se, em simultâneo, sua arma e seu obstáculo. Há, por vezes, uma inversão do que seria expectável em relação à educação política: toma-se como pré-requisito ou como meio aquilo que deveria ser o seu fim, exige-se uma leitura de mundo complexa e pormenorizada para o próprio desenvolvimento do espírito crítico, exige-se a consciência de classe como meio para a mobilização das lutas contra o sistema quando essa (a consciência de classe) é o resultado final de um processo de emancipação. Mas essa complexidade revela uma incapacidade de se opor com a rudeza e simplicidade do discurso conservador agora alimentado pela extrema-direita que cumpre a função relevante de reacender muitos, e todos quanto puderem, debates que pareciam ter sido superados no curso do (mal chamado) progresso, exigindo um nível relativo de organização e energia (política) do campo progressista para conter as ameaças aos direitos e às dimensões mais coletivas da vida.

No que tange à educação política de jovens, sua atenção acaba por estar também condicionada à agenda do que é permitido debater ou que tensões são possíveis e quais posicionamentos políticos fazem sentido diante da pauta apresentada. Por sua vez, a rotina das escolas e seus currículos, sob constantes ameaças e ataques, com a normalização de certos discursos, acabam por ceder aos interesses desses grupos sociais, reforçando ainda mais a sua permeação nas escolas.

Por exemplo, os grupos que questionam o binarismo de gênero e os modelos tradicionais de família e sexualidade têm sofrido ataques constantes de uma direita moralista que usa a retórica da defesa da ‘família tradicional’ para justificar a exclusão. Esses discursos demonizam as identidades LGBTQIA+ como ameaça a uma moralidade social, criando uma atmosfera de medo e censura que limita a participação política desses grupos, como mencionado numa das entrevistas:

Daquilo que tenho vindo a perceber já existem infelizmente evidências de que a minoria LGBT que aí há ... já está a ser usada como um bode expiatório e como uma forma de incitamento à violência ou ódio e de aproveitamento de uma frustração social que é real, que também existe e neste momento [...] eu acho que é mesmo uma ameaça real que pode não ser tão forte ainda daquela que é sentida com as minorias étnicas ou nacionais outras nacionalidades de pessoas que vivem

em Portugal, mas é algo que a comunidade já sente como uma ameaça à comunidade LGBT [...] o nosso país deve seguir aqueles movimentos da extrema direita e movimentos apoiados em ideologias populistas incitamento ao ódio, seguem na esteira de outros países da Europa. (TF)

As questões relativas ao gênero e sexualidades são utilizadas como um bode expiatório para a promoção de um pânico moral que percebe a família como estando ameaçada por uma entidade sem corpo. A “ideologia de gênero” promove o medo da dissolução da família. Mas a defesa da família para quando se trata de questões mais profundas, estruturais e sistêmicas. O avanço recente da lei que dificulta o reagrupamento familiar de imigrantes (Antunes, 2025) evidencia que não há uma grande preocupação com a família, ou seja, estamos diante de uma moral seletiva, reivindicada por conveniência, em outras palavras, em um posicionamento político, não mais que isso. O mesmo ocorre em relação aos direitos reprodutivos e às questões de gênero. Grupos extremistas financiam campanhas contra grupos minoritários ou de ataque a direitos em prol desta visão distorcida de uma moralidade (Carvalho, 2025)

Ora, o pânico moral promovido por setores conservadores da sociedade tem nos jovens um grupo de especial atenção. Sobre os/as jovens recaem os riscos (e o medo) de uma transformação do status quo. A ameaça aos conservadores não recai apenas sobre o direito individual de sujeitos se identificarem de maneira adequada, não disfórica, a partir do transicionamento de gênero e que isso possa ser observado no seio familiar conservador ou que se torne algo corriqueiro ou epidêmico (nos termos conservadores). Mas o lidar com a transgeneridade oferece riscos aos próprios conceitos que amparam sua leitura de mundo e nos quais se fundamenta o poder patriarcal. A transgeneridade, o não-binarismo e o horizonte de uma superação dos gêneros desterritorializam e desamparam os setores conservadores e as estruturas que usam o gênero como um dispositivo de controle. O patriarcado, suas ramificações e seus efeitos prescindem da construção histórico-social da distinção entre macho e fêmea da espécie humana para a sua hierarquização e dominação de um grupo sobre outro. Qualquer perturbação desta ordem exige um desprendimento de energia e de recursos para uma reconfiguração e (re)sedimentação das estruturas de poder e sua manutenção.

Assim, não há uma relação direta, para além da aparência, entre o conservadorismo e a moralidade. A moral é apenas o campo de um possível embate em igualdade de condições por estar atrelada às emoções mobilizadoras, tal como o medo. Há, então, uma moralidade à la carte, que vai ser escolhida em função do interesse a ser defendido. Essa seletividade moral evidencia um instrumentalismo retórico, ainda que poderoso, em termos de adesão e de engajamento, capaz de promover o controle social e a manutenção de suas estruturas hierárquicas. A estratégia diversionista da extrema-direita cumpre sua função de mobilização dos agentes conservadores, ao passo que também pauta os debates possíveis e captura os recursos do grupo neoliberal-progressista. Então, os/as jovens em seu processo de politização são apresentados a uma disputa previamente enquadrada, com pouca abertura para perspectivas que rompam com os tensionamentos estabelecidos. Por outro lado, as instituições de educação têm nessas tensões o seu aval para o não posicionamento e a invisibilização de questões, tratadas como um não-problema ou um problema de ordem

particular abordado de forma genérica a partir do abstrato, respeito ao outro. O campo de disputa juvenil se dá entre o não-problema (proposto pelas instituições) e um falso problema (proposto pelos embates pré-estipulados) abrindo caminho para um similar da não-razão referida por Lukács, que consiste na substituição da objetividade pelo apelo aos sentimentos e ao misticismo (2020), que abriu caminho para o nazismo e, hoje, aplaina o terreno para o avanço do neofascismo.

John Jost (2024) acredita que parte da falta de compreensão sobre as questões morais dos liberais e conservadores estadunidenses, mas que nos serve como um reforço para o que já sabemos, é um problema de método. O chamado “dois-ladismos” (ou both-sideology nos termos do autor) faz com que pesquisadores façam um esforço para equacionar e comparar dois lados consideravelmente assimétricos entre os que defendem a superioridade de alguns grupos sociais e os que lutam por igualdade social, econômica e política:

A principal descoberta empírica da teoria dos fundamentos morais após 15 anos é que os conservadores dão mais valor subjetivo do que os liberais à lealdade ao grupo, à deferência à autoridade e à pureza, enquanto os liberais dão mais valor do que os conservadores aos princípios de justiça e prevenção de danos (Kivikangas et al., 2021). Esta é uma observação perfeitamente válida, mas de forma alguma justifica a conclusão de que liberais e conservadores são igualmente morais ou que os liberais são “moralmente daltônicos”, a menos que incorporem preocupações de grupo, autoridade e pureza. O fato é que os teóricos dos fundamentos morais não estão realmente estudando a moralidade, embora afirmem estar; eles estão apenas estudando crenças ou talvez representações sociais sobre o que é subjetivamente considerado (por alguns) como “moral”. Qualquer filósofo decente seria rápido em apontar que isso é completamente diferente do que pode ser defendido como certo e errado em termos racionais ou objetivos (e.g., Jacobson, 2008; Prego, 2012). O fato de Rick Santorum achar o sexo gay pessoalmente repugnante (ou excitante) literalmente nada tem a ver com se é moral ou não (Jost, 2024, p. 9).

O conservadorismo não se assenta em argumentos morais. O mal referido ‘moralismo’ da direita é um conjunto de acepções de cunho segregatório em função e em favorecimento do próprio grupo. A moralidade é, justamente, o que a direita recusa e rompe para a execução e validação de seu próprio discurso. Se assumirmos que seus argumentos são argumentos morais, os entregaremos, de bom grado, algo que necessariamente deve ser disputado e o que diferencia aqueles e aquelas que se dedicam às ciências sociais visando a transformação social e emancipação dos sujeitos, tal como sugerem os seguintes excertos das entrevistas:

Mas a investigação nas ciências sociais e humanas e noutras áreas, mesmo na matemática, mesmo na física, tem que ser a investigação também aplicada, porque produzir ciência sem aplicabilidade real e sem trazer a realidade para os contextos de investigação não faz sentido nenhum, na minha opinião. E há uma dimensão de responsabilidade social da academia que tem que ser usada e que deve ser

usada, não é? Por isso eu acho que a academia serve para produzir conhecimento, para formar pessoas em diferentes áreas e especializações, mas também deve estar ao serviço da melhoria da sociedade, não é? (CV)

Eu estava a dizer que nós não percebemos que a extrema-direita já percebeu que o medo é um poderoso instrumento político, um poderoso instrumento de mobilização política. Usam o medo para mobilizar as suas hostes, dizendo que nós somos a garantia de que vocês não vão desaparecer e vão continuar a ter os vossos privilégios, seja contra as mulheres, seja contra os homossexuais, seja contra as pessoas racializadas. (MB)

Por sua vez, os grupos racializados (raça, etnia, imigrantes) são alvos de um discurso de segurança, que igualmente mobiliza e galvaniza pelo medo nos grupos conservadores, mas em função de uma violência, de um desrespeito às leis e normas. Assim que normalizado esse medo, a resposta a este problema (artificialmente criado) será apresentada (e.g., criação da Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras [UNEF], polícia de repressão) (Nunes, 2025). É importante notar a hostilidade em relação a “novos” grupos, categorizados pelo seu “extremismo” em relação a questões como raça e gênero. A vilificação do outro sustenta uma construção imagética e espacial que posiciona o contraditório como fora do campo da razoabilidade. Ainda que as manifestações do neofascismo estejam mais evidentes em alguns lugares do que em outros, seu vocabulário adquirido e as repercussões de suas táticas viajam, tal como suas políticas, e impregnam os debates políticos em contextos de escalada da extrema-direita, como é o caso de Portugal.

Por outro lado, a aliança neoliberal-progressista, os dois ladistas e uma parcela dos neutros da academia tendem a reivindicar o controle do fluxo de migrantes (cedendo ao discurso conservador, concordando com a não adesão a um extremismo de imigração), estipulando garantias aos direitos humanos. Também não é incomum que o racismo seja apresentado em um viés de caráter moral e despolitizante das questões raciais, deslocando o debate para o campo do reconhecimento meritocrático e dos comportamentos individuais. É nesse escopo que se inscrevem alguns dos projetos de cidadania que incluem os/as jovens oriundos de grupos racializados em Portugal. Sem que haja um desprimor das questões relativas ao reconhecimento, essa dimensão não é suficiente.

Assim, os grupos não-normativos são o outro do outro, subalternizados entre os subalternizados. Aliados dos direitos à cidadania, podem reivindicá-la desde que docilmente. E, ainda que questionemos esta cidadania desejada, a alguns indivíduos destes grupos, o acesso ao menos que o mínimo permanece negado. Reunir condições legais e burocráticas para ter sua força de trabalho explorada em jornadas intensas de trabalho sem sentido torna-se um objetivo, em vista da realidade ainda mais violenta. São ainda instrumentalizados para o sucesso de empreendimentos políticos fundamentados no preconceito que faz uso da cultura de integração subordinada e de docilização dos indivíduos. As instituições, então, devem permanecer tão hostis quanto possível, a ameaça de ilegalidade como controle social deve permanecer operante, ao passo que cada vez mais pessoas, cada vez mais minorias, têm que reivindicar o inferior ao mínimo.

Por outro lado, serão estes grupos os acusados de se beneficiar da caridade e das benesses do Estado, os responsáveis pela falência dos valores tradicionais, por impedirem a liberdade de expressão e de serem favorecidos pelo discurso politicamente correto. São os que não querem trabalhar e ainda assim roubam empregos.

Este cenário mostra que entre os grupos não-normativos há uma grande heterogeneidade e complexidade de questões que, como vimos, muitas vezes se sobrepõem ou interseccionam. Não há uma marca que defina e represente aqueles e aquelas que tendem a ser subalternizados. A heterogeneidade dos grupos não-normativos se dá pelos diferentes contextos de exploração e graus de violência a que estão submetidos. No entanto, o que os une é que sempre haverá o motivo suficiente para a justificação do sistema de exploração e de sua normatividade (branca, masculina, europeia, cisgênero, heterossexual).

Para sua perpetuação, uma das armas conservadoras é a de relegar aos jovens o cinismo, o niilismo e a apatia. Este cenário, unido à concepção dos/das jovens como não-cidadãos, embasa o sentimento de impotência perante o status quo, representado no slogan de Margareth Thatcher de que “não há alternativa” (conhecido como TINA, *there is no alternative*). As palavras atribuídas a Jameson (2010) e Žižek (2011) e retomadas por Mark Fisher (2020) de que é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo, mostram a sedimentação da perda da imaginação política e o obstáculo à criação de sociabilidades que visem a superação do atual modo de vida. O abandono da utopia gera a acomodação e produz o horizonte de humanização do capital, seja pela retomada do estado de bem-estar social, seja pelas lutas de reconhecimento amparadas pelo juspositivismo. Sendo assim, parte da formação endereçada ao/às jovens encontra-se imersa no abandono da imaginação política, até mesmo flertando com o discurso distópico neoliberal como podemos observar no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (ME, 2017). Este documento orientador da educação portuguesa afirma que: “Educar no século XXI exige a percepção de que é fundamental conseguir adaptar-se a novos contextos e novas estruturas, mobilizando as competências, mas também estando preparado para atualizar conhecimento e desempenhar novas funções” (p. 13), e que se propõe a “responder às exigências destes tempos de imprevisibilidade e de mudanças aceleradas” (p. 2), numa clara adesão ao que Beck (2010) chamou de “sociedade de risco”, em que a única certeza seria a própria incerteza. Cooptada pela distopia neoliberal, a educação mantém seu viés de reprodução orientada pela formação de força de trabalho, buscando uma consonância com as necessidades (abstratas) do mercado. Ainda assim, encontra-se desterritorializada desta função, mascarando sua contradição no discurso de justificação, a partir das lógicas corporativas, de promoção de habilidades, de competências e de constante atualização. Está, então, destinada a formar para um não-lugar, para o que vier, o imprevisível. Essa realidade se coaduna com o exposto por Graeber (2018) que denuncia o esvaziamento do sentido do trabalho, sobretudo o trabalho socialmente relevante, para a construção de trabalhos e categorias de trabalho sem sentido, que atuam como um mantenedor da ordem e coesão social, gerando ainda mais alienação e frustração nos trabalhadores. A retroalimentação entre a falta de sentido da educação para o vazio, assimilação pelo mercado de trabalho-vazio e a alienação do trabalho reforçam a reificação dos sujeitos e a construção da própria subjetividade neoliberal.

Assim, o papel da pesquisa em ciências sociais é o de construir ferramentas para a compreensão e transformação da realidade, para fazer emergir as evidências que expõem as contradições e o caráter ilógico da extrema-direita. É construir com as pessoas as estratégias para avançar rumo à transformação da sociedade. Fazem-se necessários cientistas sociais engajados, a promoção incondicional do diálogo, do dissenso e da práxis transformadora – tal como as pessoas que entrevistamos. Como defendiam Alves, Ferraço e Gomes (2019, p. 1027) trata-se de:

“assumir os cotidianos, em especial os das escolas, como espaçotempos de acasos, de multiplicidades e de diferenças afirmando, dessa forma, sua dimensão ético-estético-política, à medida vamos tecendo novas formas de entendimento tanto das teorias com as quais trabalhamos quanto dos processos de criação e de resistência que acontecem com os conhecimentos significações aqui assumidos como possibilidade de não se sucumbir à morte, como alternativa de produção de outros modos de existência.”

Assim, a dialética presente nos grupos não-normativos, os fatores que intensificam a sua exploração e sua instrumentalização política traz, a reboque de sua própria condição, o potencial de não ser cooptado pelo sistema, bem como de compreender as estratégias para a sua superação. Por outro lado, os/as jovens encontram-se em um momento de definição política, pelo que ainda não foram capturados pelo discurso hegemônico. Esta cisão na captura total da vida das pessoas é o que nos permite algum grau de mobilidade e ruptura com o curso da norma. Aqui é onde se ampara algum possível otimismo em relação ao futuro. Porque ao percebermos a consciência (crítica e de classe) como fim e não como meio, podemos reformular a questão que orienta a práxis formativa. No lugar de questionar o porquê das massas estarem aderindo a um discurso conservador e segregatório que se opõe ao seus próprios interesses e necessidades, façamos as perguntas tal como são devidas: como é que, sobredeterminados a uma ideologia total, que restringe o campo de ação, que utiliza os seus aparatos de coerção e reprodução, que individualiza os seus sujeitos, que prescinde e desumaniza uma parcela considerável da humanidade, podemos observar ainda pessoas que concebem a possibilidade de mudança? Como ainda são tantos aqueles e aquelas que recusam ceder à lógica individual atomista? Como ainda é possível comunicar e encontrar destinatários/as para propostas de construir coletivamente as ferramentas para a superação desta realidade que se impõe? Tal proposta, enraizada na crítica, desafia a hegemonia e capitaneia a emergência de um novo imaginário político, orientado por cosmovisões capazes de olhar para além do paradigma capitalista. Nesse contexto, a educação política de jovens e seu currículo devem ser concebidos como campos de práxis radical, orientada pelo futuro utópico concreto, pela imaginação política promotora e promovida por diferentes formas de sociabilidade política, que possam reivindicar e construir coletivamente os seus próprios horizontes bem como os meios para alcançá-los. Essa abordagem radical desconhece (e recusa) os limites impostos pela hegemonia, bem como questiona as boas intenções e o ferramental teórico-prático que valorizam um ideal democrático conciliatório, de

acomodação e assimilação, ainda que em oposição retórica à aliança entre as correntes conservadoras e neoliberais que permeiam os currículos e as políticas em educação. Se a norma é insuficiente para a compreensão dos estágios daqueles e daquelas que escapam à sua realização enquanto regra, então a práxis educativa não pode ser orientada pelo seu paradigma; é preciso, portanto, resgatar o caráter emancipatório da educação, que reconheça os limites de sua própria operação e não restrinja o campo das possibilidades à reprodução social e não negue a concepção de uma utopia concreta, mencionada por Ernst Bloch (2005) como captadora da energia produzida pela exclusão à norma, pela desumanização, pela exploração e humilhação e que (re)organizada conduzirá a humanidade no movimento de saída de sua pré-história.

Referências

- ADORNO, T. W.; FRENKEL-BRUNSWIK, E.; LEVINSON, D. J.; Sanford, R. N. **The authoritarian personality**. New York: Harper & Brothers, 1950.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALVES, N. G.; FERRAÇO, C. E.; GOMES, M. A. O. Os cotidianos – espaçotempos de resistência e criação. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 19, n. 3, p. 1026-1038, 2019.
- AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG; Humanitas, 2004.
- ANTUNES, E. **Nova lei de reagrupamento familiar vai separar famílias, dizem advogados**. Público, 25 jun. 2025. Disponível em: <https://www.publico.pt/2025/06/25/publico-brasil/noticia/nova-lei-reagrupamento-familiar-vai-separar-familias-advogados-2137711> Acesso em: 03 dez. 2025.
- ARAÚJO, M.; MAESO, S. R. A presença ausente do racial: discursos políticos e pedagógicos sobre História, “Portugal” e (pós-)colonialismo. **Educar em Revista**, n. 47, p. 145–171, 2013.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BENHABIB, S. Citizens, residents and aliens in a changing world: political membership in the global era. **Social Research**, v. 22, p. 1-24, 1999.
- BLOCH, E. **O princípio esperança**. Vol I. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, Contraponto, 2005
- BOURDIEU, P. Cultural Reproduction and Social Reproduction. In: BROWN, R. (Ed.). **Knowledge, Education and Cultural Change**. London: Tavistock, 1973, p. 56-68.
- BOURDIEU, P. Estrutura, habitus e prática. In: Bourdieu, P. (Ed.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 339-361.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. **A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino**. Lisboa: Editorial Vega, 1978.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. Thematic analysis. In: COOPER, H.; CAMIC, P. M.; LONG, D. L.; PANTER, A. T.; RINDSKOPF, D.; SHER, K. J. (Eds.). **APA handbooks in psychology®. APA handbook of research methods in psychology**, Vol. 2. Research designs: Quantitative, qualitative, neuropsychological, and biological. American Psychological Association, 2012, p. 57–71. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/13620-004>.
- BUTLER, J. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- CANDAU, M. V. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 11, n.2, p. 240-255, 2011.

- CARVALHO, P. **PCP questiona Governo sobre financiamento de extremistas para financiar campanhas contra aborto e igualdade de género.** Público, 7 jul. 2025. Disponível em: <https://www.publico.pt/2025/07/07/sociedade/noticia/pcp-questiona-governo-financiamento-extremistas-financiar-campanhas-aborto-igualdade-genero-2139271>. Acesso em: 03 dez. 2025.
- de resistência e criação. Currículo Sem Fronteiras, v. 19, n. 3, p. 1026-1038, 2019.
- Despacho n.º 6173/2016 de 10 de maio de 2016. Diário da República n.º 90/2016, Série II de 2016-05-10, páginas 14676-14676. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/6173-2016-74377024>. Acesso em: 05 dez.2025.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERREIRA, Pedro; COIMBRA, Joaquim L.; MENEZES, I. “Diversity within diversity”: exploring connections between community, participation and citizenship. **Journal of Social Science Education**, Bielefeld, v. 11, n. 3, p. 118-132, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4119/jsse-616>. Acesso em: 03 dez.2025.
- FISHER M. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo de que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária; 2020.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** Lisboa: Leya, 2014.
- FRASER, N. **Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso.** São Paulo: Autonomia Literária, 2024.
- FRASER, N. **The old is dying and the new cannot be born: from progressive neoliberalism to Trump and beyond.** New York: Verso Books, 2019.
- FRASER, Nancy; GORDON, L. Contrato versus caridade: porque não existe cidadania social nos Estados Unidos? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 42, p. 27-52, 1995.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Porto: Edições Afrontamento, 1972.
- GIRARD, R. **Le bouc émissaire.** Paris : B. Grasset, 1982.
- GRAEBER, D. **Bullshit Jobs: a theory.** Nova Iorque: Simon & Schuster, 2018.
- HAIDER, A. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje.** São Paulo: Veneta, 2019.
- ISIN, E. F. The neurotic citizen. **Citizenship Studies**, UK, v. 8, n. 3, p. 217-235, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1362102042000256970>. Acesso em: 05 dez.2025.
- JAMESON, F. **A cidade do futuro.** Libertas, Juiz de Fora: v. 10, n. 1, p. 181 - 200, jan/jun, 2010.
- JOST, J. T. Both-sideology endangers democracy and social science. **Journal of Social Issues**, v. 80, n. 3, p. 1138-1203, 2024. DOI: 10.1111/josi.12633. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/josi.12633>. Acesso em: 03 dez. 2025.
- LACLAU, E. **La razón populista.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.
- LAZZARATO, M. **Fascismo ou revolução?.** São Paulo: n-1 edições, 2019.
- LEVI, P. **Se isto é um homem.** Lisboa: Leya, 2010
- LIMA, I. G. de; DALMASO-JUNQUEIRA, B.; GARSKE FERREIRA, J.; DIAS dos SANTOS, G.; DALMAGRO BRAGA, W. O vocabulário do conservadorismo na educação brasileira: um glossário em construção. **Currículo sem Fronteiras**, v. 25, p. e1140, 2025. DOI: 10.35786/1645-1384.v25.1140. Acesso em: 03 dez. 2025
- LUKÁCS, G. **A destruição da razão.** São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- MACEDO, E. A noção de crise e a legitimação de discursos curriculares. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 13, n. 3, p. 436-450, 2013.
- MARSHALL, T. H. **Citizenship and social class and other essays.** Cambridge: Cambridge University Press, 1950.
- MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Campinas: v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

- MBEMBE, A. **Critique of black reason**. Durham: Duke University Press, 2020.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MEIRELES, I. Ceramic Frogs: a form of indirect discrimination against Roma. **Journal on Ethnopolitics and Minority Issues in Europe**, Flensburg, v. 20, n. 2, p. 60–86, 2021. DOI: 10.53779/IKCB5455. Disponível em: <https://doi.org/10.53779/IKCB5455>. Acesso em: 03 dez. 2025.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória**. Lisboa, 2017.
- MOUFFE, C. A cidadania democrática e a comunidade política. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/663>. Acesso em: 5 dez. 2025.
- MOUFFE, C. **The Democratic Paradox**. London: Verso, 2000.
- NUNES, V. Polícia para estrangeiros entra em ação em Portugal. **O que os imigrantes devem saber**. Público, 21 ago. 2025. Disponível em: <https://www.publico.pt/2025/08/21/publico-brasil/noticia/policia-estrangeiros-entra-acao-portugal-imigrantes-saber-2144517>. Acesso em: 03 dez. 2025.
- NUSSBAUM, M. Educação para o lucro, Educação para a Liberdade. *Revista Redescrições*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-27, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/Redescricoes/article/view/14390/9627>. Acesso em: 05 dez. 2025.
- NUSSBAUM, M. **Sem fins lucrativos**: por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo: WWF Martins Fontes, 2015.
- NUSSBAUM, Martha C. Educação para o lucro, educação para a liberdade. **Revista Redescrições**, v. 1, n. 1, p. 1–27, 2009.
- SCHOLZ, R. **Homo Sacer e os ciganos**: o anticiganismo – reflexões sobre uma variante essencial e por isso esquecida do racismo moderno. Lisboa: Antígona, 2014.
- VALENTIM, V. **O fim da vergonha**. Lisboa: Gradiva, 2024.
- YOUNG, I. M. Polity and group difference: a critique of the ideal of universal citizenship. In: BEINER, R. (Ed.). **Theorizing citizenship**. New York: State University of New York Press, 1995. p. 175207.
- ŽIŽEK, S. **A tinta vermelha**: discurso de Žižek no Occupy Wall Street. Blog da Boitempo, São Paulo, v. 10, 2011. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2011/10/11/a-tinta-vermelha-discurso-de-slavoj-zizek-aos-manifestantes-do-movimento-occupy-wall-street/>. Acesso em: 05 dez. 2025.

Correspondência

Pedro Menezes: É Professor do ensino básico e secundário no(a) 7Graus. Publicou 1 artigos em revistas especializadas. Participa e/ou participou como Bolseiro de Iniciação Científica em 1 projeto(s), Investigador em 2 projeto(s) e outra em 1 projeto(s). Atua na(s) área(s) de Ciências Sociais com ênfase em Ciências da Educação.

E-mail: pedro.drovi@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8220-8654>

Norberto Ribeiro: é pesquisador do Centro de Investigação e Intervenção em Educação (CIIE) no Porto, Portugal. É doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto. Tem desenvolvido investigação sobre a participação cívica e política dos jovens e sobre a educação para a cidadania/política, incluindo vários projetos de investigação a nível internacional e nacional.

E-mail: norberto@fpce.up.pt

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7581-7902>

Isabel Menezes: Isabel Menezes é professora titular da Universidade do Porto. Trabalha nas áreas da investigação educativa, intervenção educativa e comunitária e educação para a cidadania. Coordenou a participação portuguesa em diversos projetos internacionais, como o Estudo de Educação Cívica da IEA, o FP7 PIDOP, o Erasmus USR e o Horizonte 2020 CATCH-EyoU. É atualmente Presidente da SPCE – Associação Portuguesa de Investigação Educativa.

E-mail: imenezes@fpce.up.pt

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9063-3773>

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização dos autores.
